

# MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE 2010

## Índice

1	Objectivo da consolidação .....	4
2	Perímetro de consolidação e Organigrama do Grupo.....	4
3	Entidade Consolidante .....	7
4	Método de consolidação .....	7
5	Regras de consolidação.....	7
5.1	Princípio geral.....	7
5.2	Plano de contas.....	8
5.3	Anulação das operações entre as entidades do perímetro .....	8
5.3.1	Contas do Balanço.....	8
5.3.2	Contas da demonstração de resultados .....	9
5.3.3	Contas de fluxos de caixa.....	10
5.4	Conversão cambial.....	10
5.5	Alterações de perímetro .....	10
6	Processo de consolidação .....	11
6.1	Recebimento e tratamento inicial da informação.....	13
6.1.1	Balancetes .....	13
6.2	Importação de informação contabilística para o sistema.....	14
6.3	Operações de consolidação .....	14
6.3.1	Agregação de valores.....	14
6.3.2	Anulação de operações internas .....	15
6.3.3	Ajustamentos finais.....	22
6.4	Demonstrações financeiras consolidadas .....	23
7	Periodicidade da informação.....	23
8	Divulgação .....	23
9	Cronograma das operações do processo de consolidação .....	24
10	Dossiê de consolidação .....	25
11	Anexos .....	25

11.1	Plano de contas .....	25
11.2	Listagem das entidades que integram o perímetro de consolidação.....	25
11.3	Modelo do Balanço .....	25
11.4	Modelo da Demonstração dos Resultados.....	25
11.5	Modelo da Demonstração de Fluxos de Caixa (método directo).....	25
11.6	Modelo do Anexo às Demonstrações Financeiras .....	25
11.7	Mapas de Operações Inter-instituições .....	25
11.7.1	Mapa de Movimentos Contabilísticos no Exercício .....	25
11.7.2	Mapa de Saldos Transitados de Contas de Balanço .....	25



## NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 13 de Setembro, não estabeleceu princípios a que deve obedecer uma adequada consolidação de contas.

No entanto, o n.º 12 do Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde (POCMS) – Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro – refere a necessidade de consolidar informação financeira que auxilie o processo de tomada de decisão pelos responsáveis financeiros e políticos e que proporcione a criação de uma cultura de apresentação de contas intra-entidades pertencentes a um mesmo subconjunto do Ministério da Saúde.

Por outro lado, o n.º 6 da referida portaria determina que as normas de consolidação do sector da saúde sejam aprovadas por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde, ouvida a Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP).

Entretanto, através da Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, foi aprovada a Orientação n.º1/2010, “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, anexa à referida portaria, da qual faz parte integrante.

Assim, na sequência da aprovação da referida orientação, e dando cumprimento ao n.º 12 do POCMS, torna-se necessário a elaboração do Manual de Consolidação, como instrumento orientador e estruturante de apoio ao processo de consolidação de contas do Serviço Nacional de Saúde (SNS), onde estão vertidas as normas e procedimentos a observar no referido processo.

A dinâmica associada ao Grupo SNS, bem como ao próprio processo de consolidação, poderá obrigar à revisão das regras e procedimentos a adoptar. Por isso, sempre que tal seja considerado oportuno, a Entidade Consolidante (ACSS) procederá às alterações que se revelem convenientes, e dará publicidade às mesmas.

Não obstante, anualmente será emitido um manual de consolidação, que reflectirá todas as actualizações efectuadas.



## 1 Objectivo da consolidação

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades que integram o SNS é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas.

No entanto, essa informação não é suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do SNS como se de uma única entidade se tratasse.

Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas do SNS, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do mesmo.

## 2 Perímetro de consolidação e Organigrama do Grupo

A consolidação de contas do SNS abrange as entidades que respeitem, cumulativamente, os seguintes critérios:

- a) Ser uma entidade pública prestadora de cuidados de saúde, conforme o número 2 do artigo 7º do Decreto-lei nº 212/2006, de 27 de Outubro (Lei Orgânica do Ministério da Saúde) e o artigo 1º Estatuto do SNS (anexo ao Decreto-Lei n.º 11/1993, de 15 de Janeiro);
- b) Funcionar sob a tutela do Ministério da Saúde e ser dele dependente (conforme o número 1 do artigo 7º do Decreto-lei nº 212/2006, de 27 de Outubro e o número 2 da Base XII da Lei n.º 48/90);
- c) Ser financiada através do SNS.

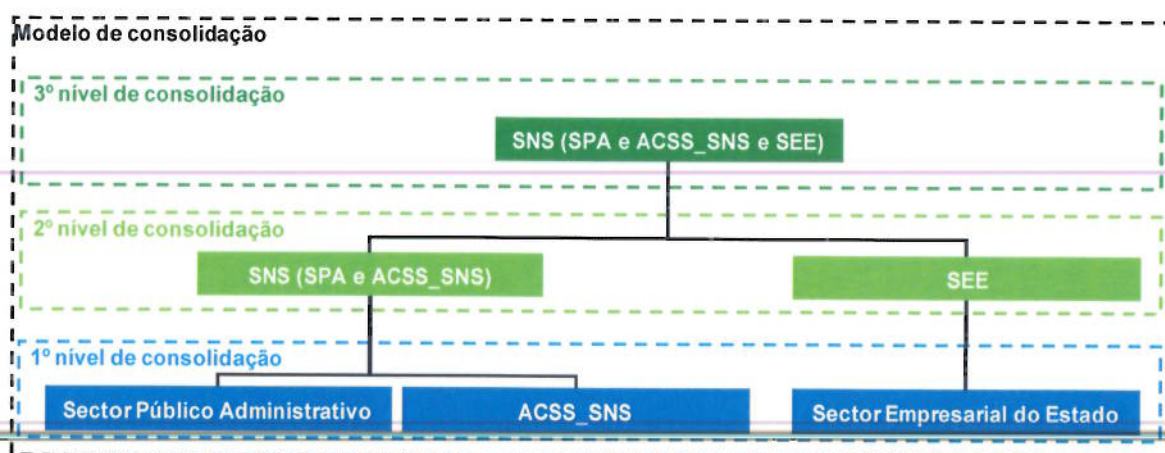
O perímetro de consolidação de contas do SNS atende aos seguintes factores:

- a) Grau de dependência – Poder de controlo do Ministério da Saúde sobre as entidades consolidadas;
- b) Natureza da actividade – Compatibilidade e homogeneidade das demonstrações financeiras;

c) Materialidade – Grau de relevância dos valores de cada entidade consolidada.

Atendendo à diversidade jurídica das entidades que integram o perímetro de consolidação, bem como à dos destinatários das demonstrações financeiras consolidadas, para efeitos de consolidação de contas do SNS foram considerados diferentes patamares ou níveis (“sub-perímetros”) de consolidação.

**Figura 1 – Modelo e patamares de consolidação**



#### **1º Nível:**

Neste patamar, são consolidadas as contas das entidades dos subgrupos SPA e SEE, separadamente.

Realizam-se, separadamente, operações de consolidação (agregação de contas e anulação de operações) entre:

- Entidades do SPA;
- Entidades do SEE.

Excluem-se as operações realizadas com a entidade consolidante (SNS).

### **2º Nível:**

Neste patamar, são consolidadas as contas de todo o SPA – contas das entidades consolidadas e da entidade consolidante – e as contas do SEE, separadamente.

Realizam-se operações de consolidação (agregação de contas e anulação de operações) entre:

- Entidades do SPA;
- Entidades consolidadas do SPA e entidade consolidante (SNS);
- Entidades do SEE.

Excluem-se das operações de consolidação, as relações entre as entidades do SPA e as entidades do SEE, considerando-se que as entidades SEE são exteriores ao Subgrupo SPA.

### **3º Nível:**

Neste patamar, são consolidadas as operações entre todas as entidades do SPA e as entidades do SEE, em conjunto.

Realizam-se operações de consolidação entre:

- As entidades consolidadas do SPA;
- As entidades consolidadas do SPA e a entidade consolidante (SNS);
- As entidades do SEE;
- Todas as entidades do SPA (consolidadas e consolidante) e as entidades do SEE.

Ao longo do tempo, a estrutura e a composição do perímetro de consolidação tem sofrido alterações. Essas alterações devem-se, por exemplo, à absorção de entidades contabilísticas por outras entidades contabilísticas, à criação de novas entidades contabilísticas no seio do SNS, à alteração de regime jurídico das entidades, etc.

Por isso, em cada exercício económico, torna-se necessário proceder à actualização da composição e estrutura do perímetro de consolidação.



### 3 Entidade Consolidante

Para efeitos de consolidação de contas, a entidade contabilística consolidante é o SNS.

No entanto, dado que o SNS não constitui uma entidade Jurídico-contabilística, compete à ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, IP a consolidação de contas do SNS.

### 4 Método de consolidação

Na consolidação de contas do SNS é utilizado o método de consolidação integral.

Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos respectivos das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação.

As operações subjacentes a este método de consolidação são:

- Agregação (soma) dos valores constantes dos documentos financeiros de cada entidade;
- Anulação das dívidas activas e passivas entre as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação;
- Anulação de activos que resultem de transacções realizadas entre entidades incluídas na consolidação;
- Anulação das provisões para créditos vencidos e outros riscos relativos a entidades incluídas na consolidação;
- Anulação de custos e proveitos resultantes de transacções efectuadas entre entidades incluídas na consolidação.

### 5 Regras de consolidação

#### 5.1 Princípio geral

A homogeneização da informação é fundamental para assegurar a concretização dos objectivos inerentes à consolidação.

Por isso, todas as entidades do perímetro de consolidação devem proceder à preparação da informação para a consolidação de acordo com os mesmos princípios, regras, procedimentos e critérios contabilísticos.

Os princípios contabilísticos e os critérios de valorimetria a adoptar, são os que constam do POCMS (Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro).

De seguida são enunciadas as regras de consolidação de contas do SNS, fundamentais para facilitar o processo de consolidação e garantir a fiabilidade da informação a considerar.

## **5.2 Plano de contas**

O plano de contas utilizado na consolidação de contas do SNS é baseado no que consta no POCMS, sendo divulgado anualmente na página da Unidade Operacional de Gestão Financeira, constante no sítio da ACSS na Internet, sendo este obrigatoriamente utilizado por todas as entidades que integram o perímetro de consolidação, de modo a garantir-se homogeneização, por esta via, nas contas consolidadas

As contas de movimento previstas no plano poderão ser desagregadas pelas entidades consolidadas, em função de necessidades específicas, desde que seja garantido o conteúdo da movimentação da conta que a ACSS definiu como de movimento.

Em cada exercício económico, o plano de contas actualizado constará do Dossiê de Consolidação.

## **5.3 Anulação das operações entre as entidades do perímetro**

### **5.3.1 Contas do Balanço**

Serão anulados os saldos das contas activas e passivas resultantes das operações inter-instituições do perímetro de consolidação.

#### **5.3.1.1 Imobilizado**

Como a alienação de imobilizado entre entidades do perímetro de consolidação provoca alterações nos seus valores contabilísticos e gera mais ou menos valias internas, deverá proceder-se à sua anulação.

Assim, deverão ser feitas as seguintes correcções:

- Correcção do valor de aquisição, repondo o valor histórico do bem, como se não tivesse ocorrido a venda interna do mesmo;
- Correcção do valor das amortizações acumuladas, repondo-as ao valor histórico;
- Correcções das amortizações do exercício, calculando-as como se não tivesse ocorrido a transmissão do bem;
- Anulação das mais-valias ou das menos-valias.

#### **5.3.1.2 Existências**

Serão anulados os saldos das existências em armazém que resultem de cedências de existências entre instituições do perímetro de consolidação.

#### **5.3.1.3 Dívidas activas e passivas**

Deverão ser anuladas as dívidas activas e passivas resultantes de operações entre entidades integrantes do perímetro de consolidação.

#### **5.3.2 Contas da demonstração de resultados**

Deverão ser anulados os saldos das contas de custos e proveitos resultantes das operações realizadas entre as entidades do perímetro de consolidação, nomeadamente: Vendas; prestações de serviços; transferências correntes, etc.



### 5.3.3 Contas de fluxos de caixa

Os fluxos monetários associados às operações entre entidades do perímetro serão, também, objecto de anulação.

## 5.4 Conversão cambial

Para as transacções em moeda estrangeira, será utilizado o câmbio em vigor à data do fim do exercício.

## 5.5 Alterações de perímetro

Por vezes, no decurso de um exercício económico, verificam-se alterações na estrutura e composição do perímetro de consolidação.

Essas alterações resultam dos seguintes factos:

- Absorção de entidades contabilísticas por outras entidades contabilísticas (Integração de hospitais em centros hospitalares já existentes);
- Criação de novas entidades contabilísticas (Criação de centros hospitalares, a partir de hospitais já existentes);
- Alterações do regime jurídico de entidades contabilísticas (entidades que passam a EPE);
- Saídas do perímetro devido a acordos de Parcerias Público Privadas, etc.

Sempre que essas alterações ocorrem, os proveitos e custos verificados no período em que a entidade pertenceu ao perímetro e patamar de consolidação devem ser considerados nas operações de consolidação e nas demonstrações de resultados apresentadas no fim do exercício económico.

Esta consideração parte do princípio de que os proveitos e custos traduzem o desempenho económico durante um determinado período, e não em determinado momento.

Assim, por exemplo, se no decorrer do ano *n*, uma entidade integrou o SPA durante 8 meses e o SEE durante 4 meses, o resultado líquido apurado ao fim desses 8 meses deve concorrer para o resultado

líquido agregado do patamar SPA. Da mesma forma o resultado líquido – da entidade, já integrada no patamar SEE - apurado ao fim dos restantes 4 meses deve concorrer para o resultado líquido agregado do patamar SEE.

Ao invés – e considerando o mesmo exemplo - os elementos do balanço dessa entidade não devem concorrer para o balanço agregado do patamar SPA; apenas devem concorrer para o balanço do patamar SEE, apresentado no fim do ano n.

Este entendimento diferente em relação ao balanço baseia-se no princípio de que o balanço constitui um mapa demonstrativo da situação financeira num determinado momento, e não de um período.

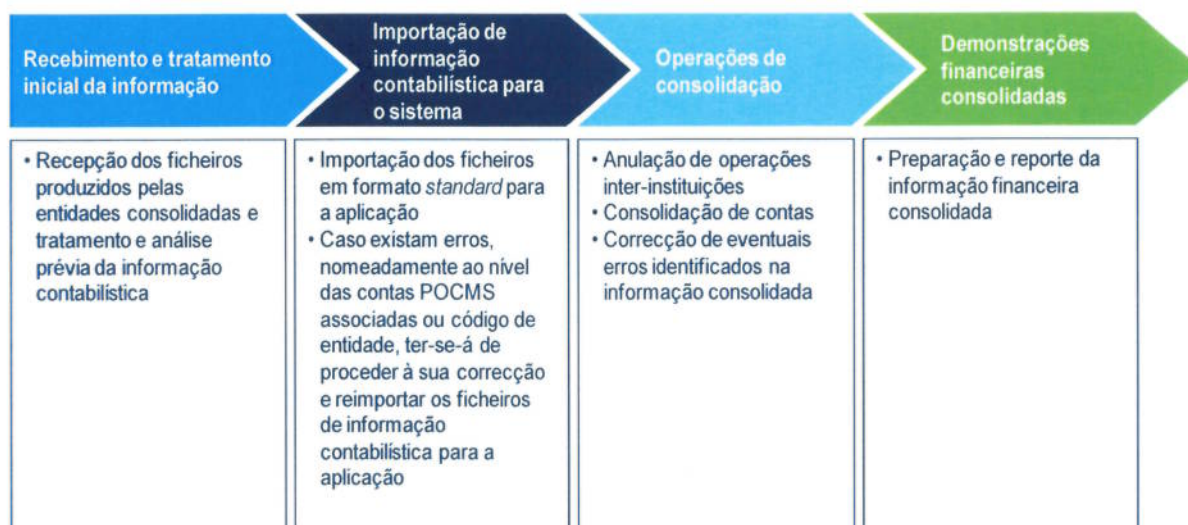
## **6 Processo de consolidação**

O volume de dados objecto de tratamento para efeitos de consolidação das contas SNS e a importância de que a mesma se reveste, justificaram a aquisição de uma aplicação de consolidação de contas para tratamento automático da informação.

No entanto, essa aplicação, baseada na tecnologia *Oracle Hyperion Enterprise Performance Management System*, não assegura, só por si, a realização de todos os procedimentos necessários ao processo de consolidação.

Há pois, que proceder à recepção dos dados e ao seu carregamento na aplicação informática.

De uma forma genérica, o processo de consolidação de contas do SNS desenrola-se em 4 fases:



As demonstrações financeiras consolidadas são produzidas, automaticamente, pela aplicação informática, sendo contudo necessários ajustamentos a efectuar fora da aplicação, conforme melhor abaixo se descreve.

Para tal, foi necessário “desenhar” o “Layout” na aplicação, parametrizá-la de acordo com as normas contabilísticas e respeitando as regras de configuração específicas da aplicação.

A informação respeitante à arquitectura, ao funcionamento; às regras de carregamento e configuração de dados, bem como à instalação da aplicação informática consta de documentos técnicos, propriedade da ACSS.

Está disponível, também, um manual de formação.



## 6.1 Recebimento e tratamento inicial da informação

A fase de recebimento e tratamento inicial da informação processa-se da seguinte forma:

### 6.1.1 Balancetes

Após o encerramento das contas referentes ao exercício anterior ao da consolidação (N-1), as entidades enviam à ACSS um ficheiro com os saldos iniciais das contas para o ano da consolidação (N), que deverão ser correspondentes aos saldos finais do exercício N-1.

Todos os meses, as entidades consolidadas enviam à entidade consolidante (ACSS), ficheiros contendo os registos mensais (a débito e a crédito) do balancete, efectuados até ao mês anterior ao do envio.

Por exemplo:

- ✓ Até ao dia 21 de Fevereiro, as entidades enviam um ficheiro com os movimentos mensais (a débito e a crédito) respeitantes ao mês de Janeiro (ficheiro com 2 colunas);
- ✓ Até ao dia 21 de Março, as entidades enviam um ficheiro com os movimentos mensais (a débito e a crédito) de Janeiro e Fevereiro (4 colunas);
- ✓ Até ao dia 21 de Abril, as entidades enviam um ficheiro com os movimentos mensais (a débito e a crédito) de Janeiro, Fevereiro e Março (6 colunas), etc.

#### 6.1.1.1 Mapas de operações inter-instituições

Para que se possam identificar e quantificar as operações realizadas entre as diversas entidades objecto de consolidação, foi concebido um modelo de ficheiro - um de **operações activas**; outro de **operações passivas** - onde deverão ser registadas as referidas operações.

Esses mapas – ver anexo 11.7 – deverão conter o registo das operações respeitante ao período de consolidação – anual, semestral, etc – e enviados à ACSS quando solicitados.

## **6.2 Importação de informação contabilística para o sistema**

Para que a aplicação informática possa realizar as operações de consolidação e produzir as demonstrações financeiras consolidadas, tem de ser “alimentada” com determinados dados e de acordo com regras determinadas pelas próprias características da aplicação.

Por isso, torna-se necessário realizar tarefas prévias para assegurar que a informação está em condições de ser objecto de tratamento automático pela aplicação informática, nomeadamente:

- ✓ Formatar e importar ficheiros para a aplicação;
- ✓ Corrigir erros referentes a códigos de entidades, etc.

## **6.3 Operações de consolidação**

Em termos gerais, as operações de consolidação associadas ao método de consolidação integral são as seguintes:

- i. A agregação (soma) dos valores constantes das demonstrações financeiras das entidades;
- ii. A eliminação das operações internas – operações realizadas entre as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação;

### **6.3.1 Agregação de valores**

Em termos específicos do SNS, a operação de agregação de valores consiste em somar os valores das contas dos balancetes individuais das entidades que integram o perímetro de consolidação e produzir um balancete agregado, a partir do qual são produzidas as demonstrações financeiras agregadas. Estas operações são efectuadas automaticamente por uma aplicação informática de consolidação de contas.

- 1º. Os valores constantes dos balancetes individuais são somados, dando origem a um balancete agregado;
- 2º. A aplicação informática constrói demonstrações financeiras agregadas (balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa e mapa de fluxos de caixa), a partir do balancete agregado;

### 6.3.2 Anulação de operações internas

Com base nos registos constantes dos ficheiros inter-instituições, a aplicação informática procede ao cruzamento e à anulação das operações realizadas entre as entidades.

Deste cruzamento, podem resultar 2 situações:

- (i) Operações que conciliam;
- (ii) Operações que não conciliam.

#### 6.3.2.1 Operações que conciliam

As operações conciliantes são aquelas que se reflectem nas demonstrações financeiras de ambas as entidades, ocorrendo, portanto, aquilo que se designa "simetria contabilística".

Se as operações conciliam, os valores são automaticamente anulados exactamente nas contas a que dizem respeito, e as demonstrações financeiras consolidadas são produzidas a partir das contas já afectadas das anulações.

#### 6.3.2.2 Operações que não conciliam

Quando falamos de operações que **não** conciliam estamos a referir-nos a operações que são reflectidas nas demonstrações financeiras de apenas uma entidade.

As operações não conciliantes resultam de 2 situações:



- (i) Erros de registo por parte de uma entidade;
- (ii) Diferenças de regime contabilístico.

#### 6.3.2.2.1 Erros de registo das operações

Conforme se disse, para efeitos de cruzamento de operações internas, cada entidade deverá produzir dois ficheiros (um de operações activas; outro de operações passivas) onde são registadas as operações com as outras entidades do SNS.

Esses ficheiros deverão conter os seguintes registos:

- Nome e código da entidade emitente dos ficheiros;
- Nome da(s) entidade(s) destinatária(s);
- Código da(s) entidade(s) destinatária(s);
- Tipo de documento (factura, nota crédito, etc);
- Número do documento
- Data do documento;
- Data de contabilização;
- Fluxo económico:
  - ✓ Conta a débito;
  - ✓ Conta a crédito;
  - ✓ Valor.
- Fluxo financeiro:
  - ✓ Conta a débito;
  - ✓ Conta a crédito;
  - ✓ Valor.

Basta, por exemplo, que o nº de um documento registado por uma entidade seja diferente do nº de documento registado pela outra entidade para que uma operação seja não conciliante.

#### 6.3.2.2.2 Diferenças de regimes contabilísticos

Um dos constrangimentos do processo de consolidação de contas do SNS prende-se com a ausência de uniformidade de regime contabilístico no âmbito da consolidação do SNS.

Com efeito, enquanto a entidade consolidante ACSS/SNS se rege pelo regime contabilístico de caixa, as entidades consolidadas regem-se pelo regime contabilístico do acréscimo, que obedece ao princípio da especialização.

##### 6.3.2.2.1 Contabilização da ACSS/SNS (entidade consolidante)

- A entidade ACSS/SNS recebe do Orçamento de Estado, as verbas que se destinam a financiar as entidades consolidadas, contabilizando esse valor na conta 741 – Transferências do Tesouro;
- Quando a ACSS/SNS transfere as verbas para as entidades consolidadas, contabiliza-as nas seguintes contas de custos:
  - 63 – *Transferências correntes concedidas*, pelas transferências concedidas às entidades do SPA;
  - 62 – *Fornecimentos e serviços externos*, pelas transferências respeitantes à aquisição de serviços – ao abrigo do Contrato-Programa, para as entidades do SEE;
  - 691 – *Transferências de capital concedidas*, pelos aumentos de capital das entidades do SEE, decorrentes da venda de activos imobiliários.

### **6.3.2.2.2 Contabilização das entidades consolidadas**

#### **6.3.2.2.2.1 Entidades SPA**

No que respeita às transferências recebidas do SNS, as entidades pertencentes ao SPA adoptam o regime de caixa e contabilizam essas transferências na conta de proveitos: 7421 – Transferências correntes obtidas da ACSS.

Em relação às demais operações, estas entidades adoptam o princípio do acréscimo.

#### **6.3.2.2.2.2 Entidades SEE**

As entidades pertencentes ao SEE adoptam o princípio do acréscimo para todas as operações.

Assim, os registos contabilísticos relativos ao contrato programa, nas suas diferentes fases de contabilização, são efectuados da seguinte forma:



Operação		Designação da conta	Conta a registar	
Nº	Descrição		Débito	Crédito
1	Adiantamento da ACSS	Depósitos à ordem	121	
		Adiantamentos de clientes, utentes e instituições do Estado		219
2	Especialização	Acréscimos de proveitos	271	
		Prestações de serviços		712
3	Emissão e registo da factura	Instituições do Estado	215	
		Prestações de serviços		712 / 79712
4	Regularização dos acréscimos de proveitos	Prestações de serviços	712 / 79712	
		Acréscimos de proveitos		271
5	Cobrança da factura	Depósitos à ordem	121	
		Instituições do Estado		215
6	Regularização do adiantamento	Adiantamentos de clientes, utentes e instituições do Estado	219	
		Depósitos à ordem		121

### 6.3.2.3 Diferenças de conciliação - "Plug Account"

Se as operações **não** conciliam, os valores cruzados são registados nas chamadas "Plug Account".

Uma *Plug Account* é uma conta na qual o sistema armazena as diferenças resultantes das anulações de operações inter-instituições e de percentagens de participação (não aplicável na ACSS), durante o processo de eliminação.

Para ilustrar o conceito de *Plug Account*, apresentam-se de seguida dois exemplos.

#### Exemplo 1 : "Plug Account" no Balanço

Balanço	ENTIDADE			Anulações de Operações Intra-Grupo			Plug	Consolidado
	A	B	Agregado (A + B)	Conciliantes	Não conciliantes	Totais		
Activo	80	250	330	-20	-15	-35		295
F.Próprios	50	50	100			0		100
Passivo	30	200	230	-20		-20		210
Outros devedores							-15	-15
<b>Equilíbrio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-15</b>	<b>-15</b>	<b>15</b>	<b>0</b>

### Operações conciliantes

- ✓ A Entidade A declara 20 contra a Entidade B;
- ✓ A Entidade B declara 20 contra a Entidade A;
- ✓ Ambos os valores são anulados;
- ✓ O Balanço consolidado permanece equilibrado, após estas anulações.

### Operações não conciliantes

- ✓ A Entidade A declara 15 contra a Entidade B;
- ✓ A Entidade B não declara nada;
- ✓ O Balanço fica **desequilibrado** pelo valor de 15;
- ✓ São registados, automaticamente, 15 numa "Plug Account", para compensar os 15 não declarados pela Entidade B;
- ✓ Os 15 da "Plug Account" também são anulados, a fim de equilibrar o Balanço;
- ✓ O Balanço consolidado passa a estar equilibrado, após anular-se o valor da "Plug Account".

### Exemplo 2 : "Plug Account" na Demonstração de Resultados

Dem.Resultados	ENTIDADE			Anulações de Operações Intra-Grupo			Plug	Consolidado
	A	B	Agregado (A + B)	Conciliantes	Não conciliantes	Totais		
Proveitos	80	75	155	-20	-15	-35		120
Prov.ganhos extraord.							15	15
Custos	50	40	90	-20		-20		70
Resultado Líquido	30	35	65			0		65
<b>Equilíbrio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-15</b>	<b>-15</b>	<b>15</b>	<b>0</b>



### **Operações conciliantes**

- ✓ A Entidade A declara **20** contra a Entidade B;
- ✓ A Entidade B declara **20** contra a Entidade A;
- ✓ Ambos os valores são anulados;
- ✓ A Demonstração de Resultados consolidada permanece equilibrada, após estas anulações.

### **Operações não conciliantes**

- ✓ A Entidade A declara **15** contra a Entidade B;
- ✓ A Entidade B não declara nada;
- ✓ A Demonstração de Resultados fica **desequilibrada** pelo valor de **15**;
- ✓ São registados, automaticamente, **15** numa **"Plug Account"**, para compensar os 15 não declarados pela Entidade B;
- ✓ Os **15** da **"Plug Account"** também **são anulados**, a fim de equilibrar a Demonstração de Resultados;
- ✓ A Demonstração de Resultados consolidada passa a estar equilibrada, após anular-se o valor da "Plug Account".

As diferenças de conciliação podem ocorrer no âmbito de qualquer conta. No entanto, é necessário evidenciar a "Plug Account" numa rubrica específica das demonstrações financeiras.

Para efeitos de tratamento automático dos dados na aplicação informática de consolidação, foi determinado que as "Plug Accounts" seriam evidenciadas nas seguintes rubricas:

- No Balanço → "Outros devedores"
- Na Demonstração de Resultados → "Proveitos e ganhos extraordinários"
- Na Demonstração de Fluxos de Caixa → "Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias";

### **6.3.3 Ajustamentos finais**

Devido à ausência de um código de entidade para o SNS, não é possível identificar as operações realizadas entre as entidades consolidadas e o SNS através dos chamados ficheiros de operações inter-instituições e, portanto, essas operações não são anuladas automaticamente pela aplicação informática de consolidação.

Por isso, no plano de contas em vigor existem contas específicas para contabilizar as operações realizadas entre as entidades consolidadas e o SNS, contas essas que são anuladas manualmente, directamente nas demonstrações financeiras finais, originando, inevitavelmente, diferenças de consolidação.

A anulação dessas contas originará, inevitavelmente diferenças de conciliação.

Poderão ser efectuados outros ajustamentos manuais, a fim de assegurar o princípio de que as demonstrações financeiras consolidadas do SNS devem revelar uma imagem de todo o conjunto como se de uma entidade se tratasse.

#### **6.4 Demonstrações financeiras consolidadas**

Os documentos de prestação de contas consolidados são:

- a) Balanço consolidado;
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- c) Demonstração de fluxos de caixa consolidada, pelo método directo;
- d) ~~Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas.~~

Após a obtenção destas demonstrações financeiras consolidadas deve proceder-se à elaboração do relatório e contas consolidado, acompanhado pelo relatório de gestão, demonstrações financeiras consolidadas, anexo ao balanço e à demonstração de resultados (ABDR) consolidado, certificação legal de contas e demonstrações financeiras individuais.

#### **7 Periodicidade da informação**

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas anualmente, com referência à data de 31 de Dezembro.

#### **8 Divulgação**

O Relatório e Contas Consolidado do SNS 2010 será publicado no sítio da Internet da ACSS até 31 de Julho do ano seguinte àquele a que as demonstrações financeiras se reportam.

## 9 Cronograma das operações do processo de consolidação

As operações a decorrer no ano de 2011 relativas ao exercício de 2010 podem ser representadas pelas seguintes fases e respectivas actividades:

FASES	DESCRIÇÃO	ACTIVIDADES		INÍCIO	FIM
I	Obtenção da informação necessária ao processo de consolidação	1	Recepção e validação da informação recebida das entidades consolidadas	Janeiro	Março
II	Preparação dos documentos de prestação de contas consolidadas	1	Carregamento na aplicação informática da informação solicitada	Abril	Maio
		2	Efectuar as operações de consolidação		
		3	Obtenção de elementos e esclarecimentos adicionais, que se revelem necessários		
		4	Ajustamentos finais às demonstrações financeiras		
III	Proposta do relatório e contas	1	Preparação do relatório e contas	Junho	Junho
IV	Preparação do relatório e contas final	1	Análise e discussão do relatório e contas proposto	Julho	Julho
		2	Eventuais correcções ao relatório e contas proposto		
V	Divulgação do relatório e contas consolidado	1	Aprovação do relatório e contas consolidado	Julho	Julho
		2	Publicação do relatório e contas consolidado, na sítio da internet da ACSS, IP		



## 10 Dossiê de consolidação

As entidades consolidadas deverão disponibilizar à entidade consolidante (ACSS) os seguintes elementos:

- Balancetes analíticos;
- Anexo às demonstrações financeiras (Anexo 11.6);
- Mapas de operações inter-instituições (Anexos 11.7);
- Outras informações que se venham a revelar pertinentes.

A entidade consolidante (ACSS) dá a conhecer às entidades consolidadas as instruções técnicas para o preenchimento dos mapas de operações inter-instituições através da emissão de uma circular normativa.

## 11 Anexos

### 11.1 Plano de contas

### 11.2 Listagem das entidades que integram o perímetro de consolidação

### 11.3 Modelo do Balanço

### 11.4 Modelo da Demonstração dos Resultados

### 11.5 Modelo da Demonstração de Fluxos de Caixa (método directo)

### 11.6 Modelo do Anexo às Demonstrações Financeiras

### 11.7 Mapas de Operações Inter-instituições

#### 11.7.1 Mapa de Movimentos Contabilísticos no Exercício

#### 11.7.2 Mapa de Saldos Transitados de Contas de Balanço

---

# Anexo 11.1.

## Plano de contas do Grupo Público 2010

---

Disponível na página da Unidade Operacional de Gestão Financeira na Internet

NOME	CÓDIGO	Tipo	Nº MESES
Administração Central do Sistema de Saúde, IP	971010	SPA	12
Instituto Nacional de Saúde Dr.Ricardo Jorge, IP	971002	SPA	12
Instituto Português do Sangue, IP	971003	SPA	12
<b>ARS Norte, IP</b>	<b>972000</b>	<b>SPA</b>	<b>12</b>
Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	972804	EPE	12
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	972811	EPE	12
Hospital Nossa Sra.Conceição - Valongo	972819	SPA	12
Hospital Joaquim Urbano	972823	SPA	12
Hospital Magalhães Lemos - Porto, EPE	972824	EPE	12
Hospital de São João, EPE	972827	EPE	12
Hospital de São Marcos - Braga	972828	SPA	12
Instituto Português de Oncologia - Porto, EPE	972829	EPE	12
Centro Hospitalar Póvoa do Varzim - Vila do Conde, EPE	972832	EPE	12
Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	972835	EPE	12
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	972836	EPE	12
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	972837	EPE	12
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia / Espinho, EPE	972838	EPE	12
Centro Hospitalar do Nordeste, EPE	972839	EPE	12
Centro Hospitalar do Porto, EPE	972840	EPE	12
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	972841	EPE	12
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	972842	EPE	12
Centro de Histocompatibilidade do Norte	972901	SPA	12
<b>ARS Centro, IP</b>	<b>973000</b>	<b>SPA</b>	<b>12</b>
Centro Hospitalar de Coimbra, EPE	973802	EPE	12
Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE	973804	EPE	12
Hospital Distrital de Águeda	973805	SPA	12
Hospital de José Luciano de Castro - Anadia	973807	SPA	12
Hospital Infante D.Pedro, EPE - Aveiro	973808	EPE	12
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	973809	SPA	12
Hospital Visconde de Salreu - Estarreja	973813	SPA	12
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	973815	EPE	12
Hospital de Santo André, EPE - Leiria	973819	EPE	12
Hospital Dr.Francisco Zagalo - Ovar	973820	SPA	12
Hospital Distrital de Pombal	973822	SPA	12
Hospital Cândido de Figueiredo - Tondela	973824	SPA	12
Hospital de S.Teotónio, EPE - Viseu	973825	EPE	12
Instituto Português de Oncologia - Coimbra, EPE	973828	EPE	12
Centro Hospitalar da Cova da Beira, EPE	973832	EPE	12
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra	973833	SPA	12
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	973834	EPE	12
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	973835	EPE	12
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	973836	EPE	12



NOME	CÓDIGO	Tipo	Nº MESES
Centro de Histocompatibilidade do Centro	973901	SPA	12
Centro de Medicina de Reabilitação Dr.Rovisco Pais	973912	SPA	12
<b>ARS Lisboa V.T., IP</b>	<b>974000</b>	<b>SPA</b>	<b>12</b>
Hospital Curry Cabral	974802	SPA	3
Hospital Garcia da Orta, EPE - Almada	974804	EPE	12
Hospital Distrital de Santarém, EPE	974808	EPE	12
Hospital de Reynaldo dos Santos - Vila Franca de Xira	974814	SPA	12
Hospital Prof.Doutor Fernando Fonseca, EPE (Amadora-Sintra)	974822	EPE	12
Instituto Oftalmológico Dr.Gama Pinto	974830	SPA	12
Instituto Português de Oncologia - Lisboa, EPE	974831	EPE	12
Maternidade Dr.Alfredo da Costa	974832	SPA	12
Centro Hospitalar de Cascais	974833	SPA	12
Centro Hospitalar de Torres Vedras	974834	SPA	12
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	974835	EPE	12
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	974837	EPE	12
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	974838	EPE	12
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	974839	EPE	12
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	974840	SPA	12
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	974841	EPE	12
Centro Hospitalar do Oeste Norte	974842	SPA	12
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	974843	EPE	12
Hospital Curry Cabral, EPE	974845	EPE	9
Centro de Histocompatibilidade do Sul	974901	SPA	12
<b>ARS Alentejo, IP</b>	<b>975000</b>	<b>SPA</b>	<b>12</b>
Hospital Litoral Alentejano, EPE	974844	EPE	12
Hospital do Espírito Santo, de Évora, EPE	975803	EPE	12
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	975807	EPE	12
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	975808	EPE	12
<b>ARS Algarve, IP</b>	<b>976000</b>	<b>SPA</b>	<b>12</b>
Hospital Central de Faro, EPE	976801	EPE	12
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	976804	EPE	12

Código Contas	Activo	Exercícios			
		N		N - 1	
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial				
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções				
423	Equipamento básico				
424	Equipamento de transporte				
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento administrativo				
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas				
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c				
213	Utentes, c/c				
215	Instituições do MS				
218	Clientes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
262/3/4					
+267+26	Outros devedores				
8					
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro				
12	Depósitos em instituições financeiras				
11	Caixa				
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos				
272	Custos diferidos				
	Total de amortizações				
	Total de provisões				
	Total do activo				

Código Contas		Exercícios	
		N	N - 1
	<b>Fundos próprios e passivo</b>		
	Fundos próprios:		
51	Património		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
59	Resultados transitados		
88	Resultado líquido do exercício		
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instituições MS		
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
23	Empréstimos obtidos		
252	Credores pela execução do orçamento		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos		
262/3/4			
+267+268	Outros credores		
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos		
274	Proveitos diferidos		
	<i>Total dos fundos próprios e do passivo</i>		



**ANEXO 11.4 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Código Contas		Exercícios			
		N		N - 1	
	<b>Custos e perdas</b>				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias				
616	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos				
64	Custos com o pessoal:				
641 + 642	Remunerações				
	Encargos sociais:				
643	Pensões				
645 a 648	Outros				
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
66	Amortizações do exercício				
67	Provisões do exercício				
65	Outros custos e perdas operacionais				
68	Custos e perdas financeiros (A)				
69	Custos e perdas extraordinários (C)				
86	Imposto sobre o rendimento do exercício (E)				
88	Resultado líquido do exercício (G)				

Código Contas		Exercícios			
		N		N - 1	
	<b>Proveitos e ganhos</b>				
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas				
712	Prestações de serviços				
72	Impostos, taxas e outros				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742	Transferências correntes obtidas				
743	Subsídios correntes obtidos - outros entes públicos				
749	De outras entidades				
76	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)				
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)				
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)				
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =					
Resultados financeiros: [(D - B)] - [(C - A)] =					
Resultados correntes: (D) - (C) =					
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =					
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =					

	Exercícios	
	N	N-1
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes		
Pagamentos a fornecedores		
Pagamentos ao pessoal		
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>		
Recebimento do imposto sobre o rendimento		
Pagamento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		
<b>Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias</b>		
Recebimentos gerados com rubricas extraordinárias		
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		
<b>Fluxo das actividades operacionais [1]</b>		
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de :</b>		
Empréstimos concedidos		
Subsídios de investimento		
Juros e proveitos similares		
Outros recebimentos actividade investimento		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos concedidos		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas		
Imobilizações incorpóreas		
Imobilizações em curso		
Bens de domínio público		
<b>Fluxo das actividades de investimento [2]</b>		
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de :</b>		
Empréstimos obtidos		
Aumentos capital, prest.supl.e prém.emissão		
Subsídios e doações		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos obtidos		
Juros e custos similares		
Transferências correntes concedidas		
<b>Fluxo das actividades de financiamento [3]</b>		
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]</b>		
Caixa e seus equivalentes no início do período		
Caixa e seus equivalentes no fim do período		

**I. Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras**

**1. Relativamente às entidades incluídas na consolidação:**

- Denominação e sede das entidades consolidadas;
- Motivos de inclusão na consolidação com indicação, em especial das relações de controlo ou de presunção de controlo e, se aplicável, a proporção do capital detido, directa ou indirectamente, nas entidades incluídas na consolidação.

**2. Relativamente às entidades excluídas da consolidação:**

- Denominação e sede das entidades excluídas da consolidação;
- Motivos da exclusão da consolidação com indicação, em especial das relações de controlo ou de presunção de controlo e, se aplicável, a proporção do capital detido, directa ou indirectamente, nas entidades excluídas da consolidação.

---

**3. Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias.**

**II. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada**

4. Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.
5. Descrição de qualquer afastamento da aplicação das normas de consolidação efectuado para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respectivas razões e dos seus efeitos no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados.



### **III. Informações relativas aos procedimentos de consolidação**

6. Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adoptado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.
7. Situação em que uma operação interna tenha sido concluída de acordo com as condições normais de mercado e a eliminação dos respectivos resultados acarrete custos desproporcionados, não se tendo procedido, excepcionalmente, à eliminação destes resultados incluídos nos valores contabilísticos dos activos.
8. Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída na consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.
9. Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas na consolidação.
10. Indicação dos casos excepcionais em que elementos do activo, do passivo e dos capitais próprios incluídos na consolidação tenham sido alvo critérios de valorimetria diferentes dos fixados para a consolidação, casos em que deverão ser de novo valorizados de acordo com estes, a não ser que os seus efeitos não sejam materialmente relevantes.

### **IV. Informações relativas a compromissos:**

## **Anexo 11.6 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

---

11. Montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas na consolidação.
12. Descrição das responsabilidades das entidades incluídas na consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais.

### **V. Informações relativas a políticas contabilísticas**

13. Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.
- 
14. Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira.
- 

### **VI. Informações relativas a determinadas rubricas**

15. Comentário das rubricas «Despesas de instalação» e «Despesas de investigação e de desenvolvimento».
16. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões de acordo com quadros do tipo seguinte:

## Anexo 11.6 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

### Activo bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Outras construções e infra-estruturas						
Bens de património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público						
De imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento						
Diferenças de consolidação						
De imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento e material básico						
Equipamento de transporte						
Ferramentas e utensílios						
Equipamento administrativo						
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas						
Investimentos financeiros:						
Partes capital						
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras						



**Anexo 11.6 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

**Amortizações e provisões**

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras construções e infra-estruturas				
Bens de património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Diferenças de consolidação				
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento e material básico				
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo				
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas				
Investimentos financeiros:				
Partes capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Outras aplicações financeiras				

17. Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.
18. Montante dos ajustamentos de valor dos activos compreendidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

#### **Anexo 11.6 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

---

19. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças negativas materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.
  20. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam para além de cinco anos.
  21. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas na consolidação, com indicação da respectiva natureza e forma.
  22. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços por administração regional de saúde.
- 
23. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros. Quando tiver havido outros métodos de reavaliação, explicitação dos processos de tratamento da inflação adoptados para o cálculo.
- 
- 
24. Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações, do tipo seguinte:

**Anexo 11.6 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas****Reavaliações**

Rubricas	Custos Históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
Bens de domínio público: Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Outras construções e infra-estruturas Bens de património histórico, artístico e cultural Outros bens de domínio público			
De imobilizações corpóreas: Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento e material básico Equipamento de transporte Ferramentas e utensílios Equipamento administrativo Taras e vasilhame Outras imobilizações corpóreas			
Investimentos financeiros: Investimentos em imóveis			

(a) Líquidos em imóveis

(b) Englobam as sucessivas reavaliações

25. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

26. Demonstração consolidada dos resultados financeiros, como segue:



## Anexo 11.6 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
Juros suportados			Juros obtidos		
Amortizações de investimentos em imóveis			Rendimentos de imóveis		
Provisões para aplicações financeiras			Rendimentos de participações de capital		
Diferenças de câmbio desfavoráveis			Diferenças de câmbio favoráveis		
Perdas na alienação aplicações de tesouraria			Descontos de pronto pagamento obtidos		
Outros custos e perdas financeiros			Ganhos na alienação aplicações de tesouraria		
Resultados financeiros			Outros proveitos e ganhos financeiros		
Total			Total		

### 27. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários, como segue:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
Transferências de capital concedidas			Restituições de impostos		
Dívidas incobráveis			Recuperação de dívidas		
Perdas em existências			Ganhos em existências		
Perdas em imobilizações			Ganhos em imobilizações		
Multas e penalidades			Benefícios de penalidades contratuais		
Aumentos de amortizações e de provisões			Reduções de amortizações e de provisões		
Correcções relativas a exercícios anteriores			Correcções relativas a exercícios anteriores		
Outros custos e perdas extraordinários			Outros proveitos e ganhos extraordinários		
Resultados extraordinários					
Total			Total		

### 28. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com um quadro do seguinte tipo:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria				
Provisões para cobranças duvidosas				
Provisões para riscos e encargos				
Provisões para depreciação de existências				
Provisões para investimentos financeiros				

#### **Anexo 11.6 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

---

- 29. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.
- 30. Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

#### **VII. Informações diversas**

- 31. Outras informações exigidas por diplomas legais.
  - 32. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.
- 
- 
-

## MAPA DE MOVIMENTOS CONTABILÍSTICOS NO EXERCÍCIO

Exercício:	2010
Nome Entidade Emitente:	...
Código Instituições SNS:	...

Fluxo Económico  
(Proveitos e Custos)Fluxo Tesouraria  
(Recebimentos e Pagam.)

Entidade terceira do SNS	Código SNS da entidade terceira	Tipo de documento	N.º de documento	Data do documento	Data de contabiliz.	Conta debitada	Conta creditada	Valor	Data de contabiliz.	Conta debitada	Conta creditada	Valor
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Pretende-se obter todos os registos contabilísticos efectuados no exercício, respeitantes a operações realizadas entre a vossa instituição e outras instituições do SNS.

## Exemplos de transacções neste formato de mapa

Exercício: 2010

Nome Entidade Emitente: XYZ

Código Instituições SNS: 97xxxx

Entidade terceira do SNS	Código SNS da entidade terceira	Tipo de documento	N.º de documento	Data do documento	Data de contabiliz.	Conta debitada	Conta creditada	Valor	Data de contabiliz.	Conta debitada	Conta creditada	Valor
✓ ABC	97yyyy	FD	123456	17-12-2009	02-03-2010	21513	7122611	208,54 €	27-07-2010	classe 1	21513	208,54 €

✓	ABC	97yyyy	P2	734521	30-04-2010	05-05-2010	6218135	26881115	103,96 €	12-08-2010	26881115	classe 1	103,96 €
---	-----	--------	----	--------	------------	------------	---------	----------	----------	------------	----------	----------	----------

✓	ABC	97yyyy	FD	897342	30-06-2010	12-08-2010	21513	7122611	804,76 €				
---	-----	--------	----	--------	------------	------------	-------	---------	----------	--	--	--	--

Se a factura n.º 897342 não tiver sido paga no ano de 2010, neste mapa não devem constar os registos contabilísticos associados ao fluxo financeiro.

✗	ABC	97yyyy	FD	552239	26-06-2009	15-07-2009	2683112	797612	500,00 €				
---	-----	--------	----	--------	------------	------------	---------	--------	----------	--	--	--	--

Os registos contabilísticos associados a esta operação não devem constar deste ficheiro, pois a data de contabilização é do ano de 2009 (ano anterior). O Saldo deve figurar no mapa de saldos. **Todavia, caso o recebimento seja contabilizado em 2010, a transacção deve apresentar-se como no exemplo seguinte:**

✓	ABC	97yyyy	FD	552239	26-06-2009				12-04-2010	classe 1	21512	500,00 €
---	-----	--------	----	--------	------------	--	--	--	------------	----------	-------	----------

Os registos contabilísticos associados ao fluxo de tesouraria devem constar deste mapa, pois o recebimento foi contabilizado em 2010, mesmo que o fluxo económico (proveito) tenha sido contabilizado num ano anterior (conforme explicado no exemplo anterior).



## MAPA DE SALDOS DE CONTAS DE BALANÇO, TRANSITADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Exercício:	2010
Nome Entidade Emitente:	...
Código Instituições SNS:	...

Saldos								
Entidade terceira do SNS	Código SNS da entidade terceira	Tipo de documento	N.º de documento	Data do documento	Data de contabilização	Saldo devedor	Saldo credor	Valor
...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...	...	...	...

Pretende-se obter os **saldos activos e passivos** (em aberto no exercício) de **contas de balanço** decorrentes de operações realizadas em **exercícios anteriores**, entre a vossa instituição e outras instituições do SNS.

Exemplos de transacções neste formato de ficheiro:

Exercício:	2010
Nome Entidade Emitente:	XYZ
Código Instituições SNS:	97xxxx

Entidade terceira do SNS	Código SNS da entidade terceira	Tipo de documento	N.º de documento	Data do documento	Data de contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor
ABC	97yyyy	FD	552239	26-06-2009	15-07-2009	21513		500,00 €

Saldo transitado de 2009 (ver mapa de movimentos).

↑  
vazio (correcto)

ABC	97yyyy	P2	331255	26-08-2009	05-09-2009		2622	200,00 €
-----	--------	----	--------	------------	------------	--	------	----------

Saldo transitado de 2009 (ver mapa de movimentos).

↑  
vazio (correcto)

ABC	97yyyy	FD	965443	30-06-2010	12-08-2010	21513	7122611	11.200,00 €
-----	--------	----	--------	------------	------------	-------	---------	-------------

Neste mapa não devem constar contas de resultados (apenas podem constar contas de balanço)

↑  
não pode constar!



Ministério da Saúde

**Administração Central do Sistema de Saúde, IP**

Av. João Crisóstomo, nº 11 | 1000-177  
Lisboa

Telefone: 217 925 800 | Fax: 21 792 58 08